

PORTARIA Nº 403/PRES, de 31 de março de 2006.

O PRESIDENTE, SUBSTITUTO, DA FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO - FUNAI, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Estatuto, aprovado pelo Decreto nº 4.645, de 25 de março de 2003,

R E S O L V E :

Art. 1º Aprovar os procedimentos relativos a remoção de servidores no âmbito da Fundação Nacional do Índio, por meio da Norma de Procedimento NP-001/2006, anexa.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

ROBERTO AURÉLIO LUSTOSA COSTA

Presidente Substituto

Separata do Boletim de Serviço da FUNAI	Brasília	Ano XXIX	Nº 06	Março - 2006
---	----------	----------	-------	--------------

(Anexo da Portaria nº 403/Pres, de 31.03.2006)

NORMA DE PROCEDIMENTO NP-001/2006

ASSUNTO: REMOÇÃO DE SERVIDORES

UNIDADE RESPONSÁVEL

COORDENAÇÃO DE LEGISLAÇÃO DE PESSOAL

COORDENAÇÃO GERAL DE ADMINISTRAÇÃO

DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO

Março/2006

Separata do Boletim de Serviço da FUNAI	Brasília	Ano XXIX	Nº 06	Março - 2006
---	----------	----------	-------	--------------

SUMÁRIO

1.	FINALIDADE	5
2.	OBJETIVO	8
3.	ÂMBITO DE APLICAÇÃO	8
4.	CONCEITO	8
5.	LEGISLAÇÃO APLICÁVEL	8
6.	DAS MODALIDADES	8
7.	DISPOSIÇÕES GERAIS.....	8
7.1	DA REMOÇÃO EX-OFFÍCIO	
7.2	DA REMOÇÃO A PEDIDO.....	9
7.3	DOS PRAZOS	10
8.	DISPOSIÇÕES FINAIS.....	11
9.	VIGÊNCIA	11

FINALIDADE

Regulamentar e disciplinar os procedimentos relativos a remoção de servidores no âmbito da Fundação Nacional do Índio - FUNAI.

OBJETIVO

2.1 Garantir o fiel cumprimento da Lei.

ÂMBITO DE APLICAÇÃO

Os preceitos da presente norma devem ser observados por todas Unidades Administrativas da FUNAI.

CONCEITO

4.1 *Remoção* é o deslocamento do servidor, a pedido ou de ofício, no âmbito do mesmo quadro, com ou sem mudança de sede.

LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

Lei 8.112, de 11 de dezembro de 1990 – Regime Jurídico Único.

DAS MODALIDADES

6.1 Para fins do disposto no Artigo nº 36 da Lei nº 8.112/90, entende-se por modalidades de remoção:

I - de ofício, no interesse da administração;

II - a pedido, a critério da administração e;

III - a pedido, para outra localidade, independentemente do interesse da administração:

a) para acompanhar cônjuge ou companheiro, também servidor público civil ou militar, de qualquer dos poderes da união, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios, que foi deslocado no interesse da administração;

b) por motivo de saúde do servidor, cônjuge, companheiro ou dependente que viva às suas expensas e conste do seu assentamento funcional, condicionada à comprovação por junta médica oficial;

c) em virtude de processo seletivo promovido, na hipótese em que o número de interessados for superior ao número de vagas, de acordo com normas preestabelecidas pelo órgão ou entidade em que aqueles estejam lotados.

DISPOSIÇÕES GERAIS**7.1 DA REMOÇÃO *EX-OFFÍCIO***

7.1.1 A Remoção *ex-offício* ocorre quando há interesse da administração na solução de problemas emergenciais do Órgão Central e/ou das unidades regionais, como também, para adequação de Quadro de Pessoal, decorrente de alteração da estrutura organizacional.

7.1.2 No processamento da remoção *ex-offício*, a iniciativa caberá, indistintamente, ao Presidente da FUNAI, coordenadores de área, dirigentes da administração central, dirigentes das administrações executivas regionais e núcleos de apoio local, mediante proposta.

7.1.3 Compete, exclusivamente, ao Presidente da FUNAI conceder remoção *ex-offício*.

7.1.4 As propostas de remoção *ex-offício* a serem apresentadas ao Presidente da FUNAI deverão conter:

Separata do Boletim de Serviço da FUNAI	Brasília	Ano XXIX	Nº 06	Março - 2006
---	----------	----------	-------	--------------

7.1.4.1 Justificativa circunstanciada; e

7.1.4.2 Informação sobre a situação funcional do servidor.

7.1.5 Quando a proposta de remoção *ex. officio* envolver servidor que não lhe esteja subordinado, além das exigências acima, a solicitação deverá conter a concordância do dirigente do órgão, onde o servidor é lotado, dos coordenadores de área dos administradores regionais e/ou chefes do núcleo de apoio local a que pertença o servidor proposto, como também a ciência do servidor.

7.1.6 A unidade de origem deverá manifestar-se favoravelmente à remoção do servidor em documento escrito, e informar positivamente se for o caso, que o servidor não responde ou não está em vias de responder, mediante denúncia, a sindicância administrativa e/ou processo administrativo disciplinar.

7.1.7 Compete, ainda, a unidade de origem informar se o servidor a ser removido usufruiu cursos de treinamentos e se há alguma pendência do servidor junto ao setor financeiro.

7.1.8 Ao servidor removido no interesse da Administração, com mudança de sede, conceder-se-á:

7.1.8.1 ajuda de custo para atender despesas de viagem, mudança e instalação;

7.1.8.2 transporte, preferencialmente por via aérea, inclusive para os seus dependentes;

7.1.8.3 transporte de mobiliário e bagagem, inclusive para os seus dependentes.

7.1.9 consideram-se como dependentes do servidor para fins do disposto no item 7.1.8:

7.1.9.1 o cônjuge ou companheiro legalmente equiparado;

7.1.9.2 O filho de qualquer condição ou enteado, bem assim, o menor que, mediante autorização judicial, viva sob sua guarda e sustento;

7.1.9.3 Os pais, comprovadamente sem economia própria, que vivam às expensas do servidor; ou seja, que não percebam rendimentos em importância igual ou superior ao valor de 01 (um) salário-mínimo;

7.1.9.4 01(um) empregado doméstico, desde que comprovada a condição através da apresentação da Carteira de Trabalho e Previdência Social, devidamente assinada há, no mínimo, 90 (noventa) dias; e

7.1.10 A administração executiva regional que tenha interesse na remoção *ex-officio* do servidor deverá instruir o pedido com prévio orçamento dos custos a serem havidos com a referida remoção, custos que englobam ajuda de custo, passagens, transporte de mobiliário e bagagem e, ainda, a quilometragem aproximada entre PIN's e as AER's, núcleo's envolvidos, quando for o caso.

7.2 DA REMOÇÃO A PEDIDO

7.2.1 A modalidade de remoção *a pedido* é o meio de que o servidor dispõe para atender seus interesses, desde que não sejam contrários aos interesses da administração e não acarrete ônus para a FUNAI;

7.2.2 O processamento da remoção *a pedido* terá início com o requerimento do servidor, que deverá conter a necessária justificativa, protocolada em sua unidade de lotação;

7.2.3 O dirigente da unidade de origem do servidor e o da unidade de destino deverão emitir parecer, favoravelmente ou não, acerca da solicitação de remoção;

7.2.4 A remoção por motivo de saúde tem como finalidade facilitar o tratamento do servidor ou de seu dependente, desde que inexistam recursos médicos e/ou hospitalares no local de lotação de origem;

Separata do Boletim de Serviço da FUNAI	Brasília	Ano XXIX	Nº 06	Março - 2006
---	----------	----------	-------	--------------

7.2.4.1 Provar-se-á a inexistência de recursos médicos e/ou hospitalares no local de lotação do servidor por meio de pronunciamento de junta médica oficial, que fará constar no processo de remoção, de forma clara e objetiva, uma declaração de ausência dos recursos médicos reclamados;

7.2.4.2 O pronunciamento realizado por junta médica oficial deverá ser anexado ao requerimento a ser apresentado pelo servidor;

7.2.5 Quando se tratar de remoção para acompanhar o cônjuge ou companheiro, também servidor público civil ou militar, de qualquer dos poderes da união, dos estados, do distrito Federal e dos municípios, que foi deslocado no interesse da administração, deverá ser anexada ao requerimento uma declaração, emitida pela correspondente unidade de pessoal na qual o cônjuge ou companheiro passou a ter exercício;

7.2.6 O servidor removido a pedido arcará com todas as despesas decorrentes da remoção pretendida, não cabendo à FUNAI qualquer ônus;

7.2.7 A remoção *a pedido* que envolver duas administrações executivas regionais, ou núcleos de apoio local, subordinados a unidades administrativas diferentes, somente será efetivada à vista de portaria do presidente da FUNAI;

7.2.8 A remoção *a pedido* que ocorrer no âmbito da mesma unidade regional, ou da sede, será efetivada à vista de portaria do administrador regional ou da autoridade a que estiverem subordinados os núcleos; e

7.2.9 Na modalidade referida no item anterior, será de inteira responsabilidade do dirigente que concede a remoção o fiel cumprimento das normas estabelecidas.

7.3 DOS PRAZOS

7.3.1 A partir da data da publicação da presente portaria, a remoção *ex-officio* só poderá ocorrer depois de transcorridos 02 (dois) anos de exercício, no mínimo, em cada unidade;

7.3.2 Poderá haver exceção à regra estabelecida no item anterior quando houver imperiosa necessidade de serviço, devidamente justificada.

7.3.3 Para a remoção *a pedido*, o servidor deverá contar, no mínimo, 01 (um) ano de efetivo exercício na unidade de lotação à data de seu requerimento;

7.3.4 A remoção *a pedido*, por motivo de saúde do servidor, cônjuge ou companheiro (a), ou dependente que viva às suas expensas e conste do seu assentamento funcional, efetivar-se-á, a qualquer tempo, condicionada à comprovação por junta médica oficial;

7.3.5 Os prazos aos quais se referem os itens 7.3.1 e 7.3.3 terão sua contagem iniciada a partir da data de publicação do ato de remoção, não se computando, no caso do item 7.3.3, o tempo compreendido por licenças, a qualquer título;

7.3.6 Àquele servidor que foi removido *ex-officio* não será concedida licença para tratar de assuntos particulares pelo período de 02 (dois) anos, contados da data de publicação do ato;

7.3.8 O servidor removido deverá entrar em exercício no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados a partir da data de publicação do ato de remoção e não da data de ciência do servidor, incluindo neste prazo o tempo necessário para o deslocamento à nova sede;

7.3.9 As remoções *ex-officio* deverão ser efetuadas durante o interregno compreendido entre janeiro e outubro de cada exercício, salvo na hipótese de extrema necessidade do serviço a ser devidamente comprovada.

7.3.10 O limite temporal imposto no item anterior prescinde a necessidade de possibilitar o pagamento das despesas efetuadas dentro do exercício em que ocorrer a remoção, de acordo com o Art. 08 do Decreto nº 4.004/2001.

Separata do Boletim de Serviço da FUNAI	Brasília	Ano XXIX	Nº 06	Março - 2006
---	----------	----------	-------	--------------

DISPOSIÇÕES FINAIS

8.1. Salvo determinação do Presidente da FUNAI;

Não poderão ser removidos os servidores que estiverem respondendo ou prestes a responder (denunciado e/ou acusado) a sindicância administrativa, processo administrativo disciplinar, inquérito policial ou processo criminal;

8.2. Ao servidor removido, é terminantemente proibido deslocar-se para a unidade de destino antes da publicação da portaria de remoção no Boletim de Serviço da FUNAI;

8.3. A unidade de origem deverá comunicar à unidade de destino a data do desligamento do servidor, e esta deverá comunicar a data de sua apresentação com início de suas atividades;

8.4. A publicação do ato de remoção não altera a programação do período de férias e de licença-prêmio do servidor removido, já fixado pela unidade procedente do servidor, desde que não traga prejuízo do servidor removido a sua nova unidade, devendo a unidade de origem comunicar à unidade de destino acerca da programação;

8.5. Na hipótese de o servidor, com cargo efetivo, ser apenas designado para responder ou nomeado para exercício de cargo em comissão, designado para exercer função gratificada em unidade diversa a de sua lotação, automaticamente passará a ter como lotação definitiva a unidade para a qual foi designado ou nomeado.

VIGÊNCIA

Esta Norma de Procedimento entra em vigor na data da sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

ROBERTO AURÉLIO LUSTOSA COSTA
Presidente Substituto

Separata do Boletim de Serviço da FUNAI	Brasília	Ano XXIX	Nº 06	Março - 2006
---	----------	----------	-------	--------------